

## LEI ORDINÁRIA

### LEI N. 4.730, DE 25 DE JUNHO DE 2020

*Modifica a redação do artigo 2º da lei 4.712, de 19 de fevereiro de 2.020.*

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei 4.712, de 19 de fevereiro de 2.020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O abono família, fixo, concedido ao servidor, que possua renda mensal igual ou inferior a R\$ 1.364,43, (um mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), o seu valor será de R\$46,54 (quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 25 de junho de 2020.

Fued José Dib  
- Prefeito de Ituiutaba –

## LEI COMPLEMENTAR

### LEI COMPLEMENTAR N. 163, DE 25 DE JUNHO DE 2020

*Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas do Município*

*de Ituiutaba.*

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas do município de Ituiutaba, na forma desta Lei Complementar.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 03 (três).

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem negros ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o

contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas nos termos desta Lei Complementar e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.

§ 1º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecidas para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 2º Em caso de desistência de candidato negro aprovado para a vaga reservada, essa será preenchida por outro candidato negro, observada a ordem de classificação.

§ 3º Em não havendo número suficiente de candidatos negros para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 4º A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

Art. 5º A Fundação Municipal Zumbi Dos Palmares juntamente com a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação anual do disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. A presente Lei não se aplicará aos concursos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, 25 de junho de 2020.

Fued José Dib  
- Prefeito de Ituiutaba -

## EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 011/2020. Contratante: Câmara Municipal de Ituiutaba. Contratado: Neves e Neves Serviços de Processamento de Dados Ltda  
Processo: Tomada de Preços. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a locação de solução Informatizada de Gestão das Atividades do Poder Legislativo, contemplando licença de uso, serviços de implantação e treinamento para capacitação de pessoal técnico. Valor do contrato: R\$ 83.350,00 (oitenta e três mil trezentos e cinquenta reais). Vigência do contrato: 10/06/2020 a 31/12/2020. Data da assinatura do contrato: 10/06/2020. Dotação: 04.01.01.01.031.0001.2.0002.3.3.90.40.02 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Locação de Softwares. Enquadramento legal: Artigo 22, inciso II § 2º da Lei 8.666 de 1993.

## TERMOS ADITIVOS DE CONTRATOS

12º Termo Aditivo ao Contrato Nº 027/2014 – Contratante: Câmara Municipal de Ituiutaba - Contratado: ALGAR TELECOM SA - Processo: Pregão – Objeto: Acréscimo do quantitativo do contrato, no percentual de 2,98% (dois virgula noventa e oito por cento). Valor do acréscimo quantitativo: R\$ 1.145,42 (um mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Valor global para o exercício de 2020: R\$ 34.714,29 (trinta e quatro mil setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). – Dotação: 04.01.01.01.031.0001.2.0002.3.3.90.40.02 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica - Locação de Softwares. Enquadramento Legal: Artigo 65, I, § 1º da Lei 8.666/93.

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 030/2017 – Câmara Municipal de Ituiutaba. Contratante: Câmara Municipal de Ituiutaba – Contratada: Juville Imóveis Ltda– Objeto: aplicação de reajuste legal de correção do valor do aluguel, conforme o índice de IGP-M de 6,5103% ao contrato de locação de imóvel. O valor mensal que era de R\$ 1.007,76 (um mil e sete reais e setenta e seis centavos) passará a ser de R\$ 1.073,37 (um mil e setenta e três reais e trinta e sete centavos) – Valor Global: R\$ 12.552,39 (doze mil quinhentos e cinquenta e dois reais e

trinta e nove centavos). Data da assinatura:  
01/06/2020. Enquadramento Legal: § 8º do  
Artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

OLEGSLATIVO TIJUCANO, ANO 4 Nº 180, QUINTA-FEIRA, 02 DE JULHO DE 2020 | EDIÇÃO DE HOJE – 03 PÁGINAS - ÓRGÃO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA/MG CRIADO PELO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.021, DE 12 DE JULHO DE 2017. PRAÇA CÔNEGO ÂNGELO TARDIO BRUNO, S/N | (34) 3261-8521 – MESA DIRETORA: PRESIDENTE FRANCISCO TOMAZ DE OLIVEIRA FILHO, VICE-PRESIDENTE: VILSOMAR PAIXÃO DO AMARAL VILLANO, 2º VICE-PRESIDENTE: JOÃO CARLOS DA SILVA, 1º SECRETÁRIO: ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO VILELA, 2º SECRETÁRIO: JORGE SILVA ARAÚJO. PUBLICADO NO SITE DA CÂMARA: WWW.ITUIUTABA.MG.LEG.BR E DISPONIBILIZADO NA REDE INTERNA PARA DEPARTAMENTOS E GABINETES DOS VEREADORES.